

GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DOS GESTORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PIRIPIRI-PI.

1. INTRODUÇÃO

Há muitas décadas atrás o homem começou a pensar em formas de como preservar o meio ambiente e com isso surgiu a preocupação de criar formas de se conseguir extrair o necessário sem prejudicar ou diminuindo as ações prejudiciais de forma que conseguissem atender suas necessidades e garantindo que as futuras gerações tenham com atender às delas. (SILVA *et al.*, 2009).

A legislação ambiental começou a crescer a partir das Conferências das Nações Unidas, tendo como primeira reunião realizada em 1972, tendo às suas questões vinculadas ao seu desenvolvimento (BARBIERI, 2007). No Brasil, existe o Ministério do Meio Ambiente que desenvolve políticas públicas com o intuito de promover a produção e o consumo sustentável, minimizar os custos ambientais e sociais, e promover a qualidade de vida (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2019). Já as organizações, desenvolveram a Gestão Ambiental, que surgiu na intenção de minimizar e/ou eliminar o impacto das ações humanas no meio ambiente.

A lei nº 6.938 é uma das principais referências quando se trata da preservação do meio ambiente. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) é uma lei que tem como objetivo dar efetividade ao direito previsto no *caput* do art. 225 da Constituição Federal de 1988 que diz “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” Seu objetivo geral é “A preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida” previsto no art. 2º da lei nº 6.938/81.

A Responsabilidade social é de grande relevância quando se fala da relação da sociedade e o meio ambiente, pois como afirma Silva *et. al.* (2009, p.9), “a Responsabilidade social anda de mãos dadas com o desenvolvimento sustentável”. Ela tem como objetivo contribuir para o bem-estar e os interesses da sociedade e da organização. As escolas foram uma das pioneiras a adotarem o sistema de responsabilidade social em relação ao meio ambiente, com a qualidade de vida da população, por meio de informação e conscientização. (SEGURA, 2001, p.21)

No que se refere a Educação Ambiental, podemos defini-la como sendo um processo pelo qual o indivíduo e a coletividade, edificam valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente, logo que este é um bem público, por isso a necessidade de seu cuidado e preservação e manutenção de forma sustentável (Política Nacional Do Meio Ambiente, 1999). A Educação Ambiental pode ser feita por meio de ações e projetos voltados ao desenvolvimento sustentável, desenvolvendo também a capacidade dos envolvidos em pensar nos valores sociais e na preservação do meio ambiente.

Segundo Barbieri (2007, p.1), “a preocupação com o meio ambiente não é recente”, o assunto veio ganhando grande importância desde 1972, quando a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas para discutir sobre o meio ambiente, desde então houveram várias outras conferências sobre este assunto. Em 1992, houve a Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro, que também ficou conhecida como Rio 92, onde foi discutida a relação da sociedade e o meio ambiente (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2016).

E com a interação da sociedade e o meio ambiente, há uma necessidade de que as organizações percebam que os recursos são limitados, mas as necessidades dos homens não.

Com isso, surge o conceito de sustentabilidade, que segundo a ONU, foi criado na comissão de Brundtland, onde diz que o desenvolvimento sustentável se baseia na capacidade de atender às necessidades sem comprometer as das gerações futuras. Para isso, Santos et al., (2006) enfatiza a necessidade de participação das organizações com relação a conscientização dos problemas ambientais e o que fazer para garantir o desenvolvimento sustentável.

Em relação às questões ambientais, a responsabilidade social pode ser traduzido em adoção de práticas que extrapolam os deveres básicos do cidadão quanto das organizações, na maior parte, são ações voluntárias que implicam em um comprometimento maior que uma simples adesão formal de obrigações legais (MELLO E MELLO, 2018).

Desta forma tendo em vista a relevância do tema em suas duas partes tanto a gestão ambiental quanto à responsabilidade social e devido às escolas terem o importante papel de atuar na formação moral dos alunos sendo posteriormente organizações educativas, promovendo o pleno desenvolvimento do indivíduo como cidadão, o presente projeto analisou a relação do meio ambiente e o nível de responsabilidade social dentro das escolas com a comunidade acadêmica. Verificando assim a perspectiva da gestão e alunos sobre a temática em suas respectivas escolas de Piri-piri-PI. De acordo com o IBGE (2020) Piri-piri-PI é uma cidade da região norte do Piauí, a 157 km da capital Teresina, com população estimada em 63.787 habitantes, PIB *per capita* de R\$10.475,51 e com taxa de escolarização de 97,3% de da população com idade entre 6 a 14 anos de idade.

Diante disso, este estudo tem como problemática: quais são as ações educativas ambientais abordada pelas escolas estaduais urbanas de ensino médio do município de Piri-piri-PI? Para responder tal indagação, tem-se como objetivo geral estudar como são desenvolvidas as ações educativas ambientais nas escolas estaduais urbanas de ensino médio, bem como a percepção da comunidade institucional. E como específicos identificar a existência de ações educativas ambientais nas escolas estaduais urbanas de ensino médio do município de Piri-piri-PI e averiguar como são implementadas as ações educativas ambientais nas mesmas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gestão Ambiental: princípios e políticas ambientais

O Meio Ambiente vem sendo um dos assuntos mais importantes atualmente. Segundo a ONU, essas preocupações surgiram há alguns séculos atrás, como uma resposta a industrialização, e em 1972 ocorreu a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano. Em 1987, houve a segunda Conferência das Nações Unidas, e nele a Comissão Brundtland, publicou um relatório inovador, “Nosso Futuro Comum” – que traz o conceito de desenvolvimento sustentável, como sendo “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

Com isso, foram sendo desenvolvidos estudos e pesquisas que buscassem minimizar os impactos das ações humanas em relação aos problemas ambientais. Nas empresas e organizações surgiu o que foi chamado de Gestão ambiental, que é uma área de conhecimento que visa minimizar os problemas ambientais causados por elas. Barbieri (2007, p. 25) define Gestão Ambiental como sendo “diretrizes e atividades administrativas e operacionais, tais como: planejamento, direção, controle e alocação de recursos e outras realizadas sempre com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente”. Essas atividades visam proteger o meio ambiente, impactando positivamente o meio ambiente, eliminando, evitando e reduzindo os danos e degradações causadas por ações advindas dos seres humanos.

De acordo com Both e Fischer (2017, p. 51) na busca pela sustentabilidade é necessário a implementação nas organizações a gestão ambiental, que neste sentido seria o conjunto de procedimentos técnicos e administrativos que procura obter melhor desempenho ambiental. A consequência desta implementação gera nada mais do que qualidade para as gerações posteriores.

Segundo Barbieri (2007, p. 1), boa parte dos órgãos ambientais governamentais teve a sua criação após a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, em 1972. E de acordo com ele, “a legislação ambiental começa a crescer vigorosamente a partir desse evento, cuja maior contribuição foi a de vincular as questões ambientais às do desenvolvimento”. Quando se fala em Política Ambiental logo recorremos a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 que trata sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), segundo o art. 2º:

A Política Nacional do Meio Ambiente, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à, visando assegurar, no País condições a desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Logo o artigo em si trata da proteção ao meio ambiente e na continuação do corpo do texto fala de 10 (Dez) princípios a serem, seguidos desde racionalização do uso do solo até a recuperação de áreas degradadas esta que por sua vez é um regulamento. Ferreira e Sales (2017) afirmam que quando se trata de políticas ambientais praticadas em um país indica o modo como os recursos naturais são utilizados e adequados para o desenvolvimento de atividades econômicas que geram impactos potencialmente degradantes.

2.2 Educação Ambiental: a educação e a percepção ambiental

Cada indivíduo possui uma percepção que varia de acordo com as motivações, os valores, os interesses e as expectativas (OLIVEIRA E COSTA, 2017). Uma das formas de promoção do interesse de um aluno às questões ambientais é levá-lo a refletir e perceber que os conhecimentos já adquiridos por ele são de suma importância para que este se torne e um cidadão bem como promova um desenvolvimento consciente. (ROMÃO *et. al*, 2020)

Para Garlet e Canto-Dorow (2011) a percepção ambiental é importante para que haja um melhor entendimento entre a relação entre o homem e o meio ambiente. Já de acordo com Costa e Maroti (2013) a percepção ambiental é a compreensão do indivíduo sobre o meio ambiente, em suas formas de proteger, cuidar e preservar.

O que para Romão *et.al* (2020) a percepção ambiental, seja de um indivíduo ou de uma comunidade, está relacionada à forma na qual são apresentadas as questões ambientais. A fim de que essa percepção seja compreendida da melhor forma possível, é preciso que ocorra educação ambiental, que para Ferreira *et. al.* (2019) a educação ambiental visa estimular a conscientização do indivíduo sobre os impasses ambientais, bem como estimulá-los a conservar os recursos naturais. Concomitantemente, Pereira (2020) afirma que a educação ambiental além de estimular deve propor novos horizontes que objetivem cuidar, proteger e garantir os direitos básicos necessários para a sobrevivência..

Segundo Fernandes *et al.* (2004) Percepção ambiental é entendida como, uma tomada de consciência do meio ambiente pelo homem, isto é, o ato de perceber o meio ambiente que está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo, por isso a importância de inserir educação ambiental no cotidiano das escolas.

Contudo Arlindo Philippi JR (2014), em seu livro educação ambiental e sustentabilidade, explica que a educação ambiental exige um conhecimento aprofundado de filosofia, da teoria e história da educação, de seus objetivos e princípios, já que de forma simples nada mais é do que a educação aplicada às questões de meio ambiente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo geral desta pesquisa foi estudar como são desenvolvidas as ações educativas ambientais nas escolas estaduais de ensino médio, bem como a percepção da comunidade institucional. A abordagem da presente pesquisa foi uma qualitativa, que segundo Gerhardt e Silveira (2009) afirmam que “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. E Segundo Stake (2011, p. 47), a pesquisa qualitativa “utiliza a interpretação dos pesquisadores e também das pessoas que estudam e dos leitores dos relatórios da pesquisa”.

Inicialmente foi realizada uma revisão literária de alguns conceitos sobre Educação Ambiental e Gestão Ambiental nas escolas, a fim de criar uma fundamentação teórica para melhor embasamento na temática. Logo após isto, foram realizadas pesquisas nas Escolas Estaduais de Ensino Médio de Piri-piri-PI localizadas no perímetro urbano da cidade. A pesquisa foi realizada em 8 (oito) escolas da rede estadual que possuem ensino médio, localizadas no perímetro urbano da cidade de Piri-piri-PI.

Para identificar as ações educativas ambientais nas escolas estaduais da cidade foram entrevistados 7 gestores. Apenas um gestor não pode participar da pesquisa. As pesquisas nas escolas foram autorizadas perante a apresentação de ofícios. A obtenção dos dados da pesquisa se deu por meio da aplicação de entrevistas destinadas aos gestores das escolas, que eram compostos por 10 (dez) questões subjetivas e 4 (quatro) questões objetivas e aplicação de questionários aos alunos que eram compostos por 10 (dez) questões objetivas. Os questionários utilizados foram baseados no artigo do autor Júnior *et al.* (2018), e foram moldados a partir das necessidades da presente pesquisa.

Por meio do termo de confidencialidade, foi assegurado aos gestores das escolas que não seriam divulgados os nomes das escolas pesquisadas e os nomes dos gestores das mesmas. Tendo em vista isso, as escolas terão nomes fantasia que foram distribuídos de forma aleatória, como: Escola A, Escola B, Escola C, Escola D, Escola E, Escola F, Escola G e Escola H. Quanto às entrevistas referentes aos gestores, estão descritas no modelo de texto e expostas em quadros, logo que desta forma sendo expressiva traz consigo suas particularidades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim como foi utilizado questionários aos alunos das escolas estaduais urbanas, também foram aplicadas interrogações as gestões das escolas das quais serão apresentadas pelas seguintes linguagens (na mesma ordem): Escola A, B, C, D, E, F, G (que não pode responder ao questionário) e por fim H. Apenas para sistematizar as informações das quais compuseram o referido trabalho. Os questionamentos adiante foram dirigidos a gestão das 8 (oito) escolas que participaram do dito trabalho, com um retorno de apenas 7 (sete) escolas.

A princípio foi questionado a gestão acerca da existência de capacitações voltadas para educação ambiental promovidas pela presente escola, logo que estas poderiam vir por meio de palestras, práticas vivenciais e sequência de treinamentos.

Quadro 1. Existência de capacitações voltadas para educação ambiental promovidas pela escola

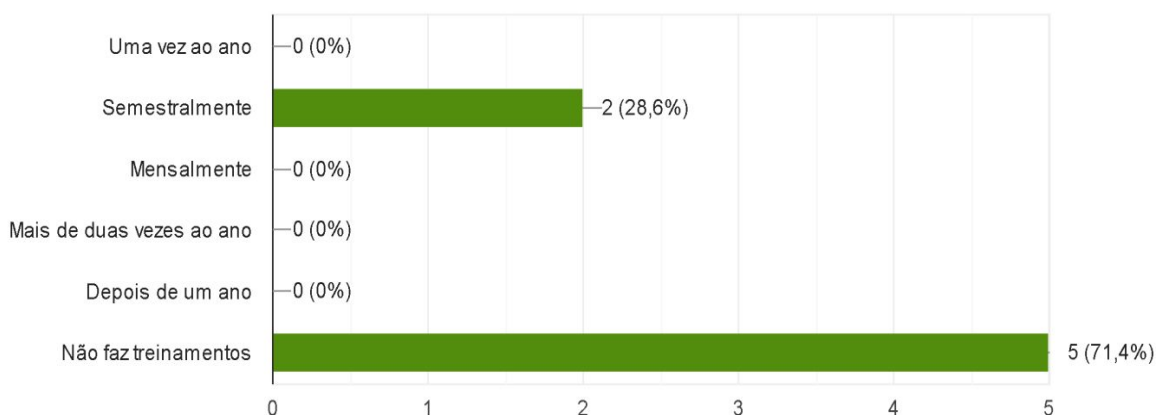
Escolas A, F e H	Não existem capacitações, há atividades apenas pelos professores, contempladas pelo plano pedagógico e projetos desenvolvidos pela administração pedagógica.
------------------	--

Escola B	Não existem capacitações, programa “Novo Mais Educação” que há capacitações para o cultivo de hortas.
Escola C	Não existem capacitações.
Escola D	Há capacitações, por meio do projeto “D Conduzir”.
Escola E	Não existem capacitações, mas esteve presente na V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo meio ambiente.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Questionamos também, a frequência dos treinamentos voltados a educação ambiental e desenvolvimento de pessoas é aplicada na presente escola. Este questionamento reforça o anterior, na hipótese de as escolas afirmarem que possuem treinamentos. Desejamos saber sua frequência, pois pode interferir em sua eficácia. Logo mais temos o gráfico 1, onde nos mostra que 71,4% das escolas não fazem treinamentos, o que se mostra de acordo com a questão anterior, onde afirmam que não possuem treinamentos e se não possuem não existe frequência. Contudo 28,6% delas afirmam que a frequência dos treinamentos é semestralmente, estas escolas que não possuem um projeto específico para esta área, mas que possuem outros tipos de projetos que se assemelham com a mesma.

Gráfico 1: Frequência dos treinamentos voltados à educação ambiental e desenvolvimento de pessoas



Fonte: Autores, 2019

Com base nas respostas dos pesquisados, para 71,4% não são realizados treinamentos voltados à educação ambiental e desenvolvimento de pessoas e para 28,6% ocorrem semestralmente. Para Alves(2019) o treinamento voltado à educação ambiental possibilita que ocorra um desenvolvimento de um comportamento ambiental adequado em atividades diárias.

Quadro 2. Importância de existir políticas de educação ambiental implementadas e desenvolvidas na presente escola.

Escolas A, D, H	Afirmam em um único senso que a implementação do tema é importante aplicado às escolas sendo dever destas e do poder público e desenvolvendo na concepção dos alunos que é importante para a evolução humana, porém não encontra-se órgãos para implementar essas políticas.
-----------------	--

Escola B	É boa em todos os aspectos a existência de políticas de educação ambiental, a mesma também cita a presença de um projeto com o nome de “Conservação do patrimônio público”.
Escola C	É importante, por questões climáticas.
Escola E	É de grande valia, pois é uma forma a qual o aluno aprende a valorizar e ter clareza sobre o conhecimento e a ignorância humana. Com certeza vão se sensibilizar e agir de modo responsável.
Escola F	É importante, pois é um tema que inclusive é trabalhado nos diversos conteúdo dos livros didáticos e do nosso currículo.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No questionário buscou-se saber quais práticas, ações, projetos ou treinamentos são voltados para a educação ambiental e desenvolvimento de pessoas e suas aplicações na presente escola, nesta interrogação esperamos avistar, por através de que tipo de atividade vem os treinamentos, conforme dispostas no quadro 3 abaixo:

Quadro 3. Práticas, ações, projetos ou treinamentos voltados para a educação ambiental

Escolas A e F	Afirmam que as práticas de treinamentos voltadas para a educação ambiental vem através de Gincanas e também os professores desenvolvem com os alunos de acordo com propostas da escola, algumas ações pontuais que a rede estadual sugere.
Escolas B e E	Trabalham com atividades complementares, projetos e palestras voltadas para educação ambiental, como cultivo de hortas e conservação do patrimônio público.
Escola C	Não existem práticas, ações ou projetos.
Escola D	Cita o seu projeto “D Conduzir”, Projeto no qual contém ações para com o meio ambiente, como: preservação do meio ambiente escolar, doação de mudas e criação de uma horta.
Escola H	À aplicação de projetos de sustentabilidade e meio ambiente, com o intuito de revitalização dos espaços escolares.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No que se refere às práticas, ações ou projetos desenvolvidas, para 71,4% dos respondentes afirmam que ocorrem por meio de projetos, na qual são todos produzidos pelos próprios professores das escolas. Seguido por palestras com 57,1%, eventos com 28,6% e gincanas com 14,3%. Contudo, notou-se também que nenhuma das escolas pesquisadas participam ou promovem minicursos com a temática.

Quanto à forma como são mensurados os resultados a fim de que compreenda se o determinado treinamento foi eficaz e se trouxe mudanças significativas para a organização, foram obtidos os seguintes resultados, dispostos no quadro 4:

Quadro 4. A mensuração de resultados e se essa prática trouxe mudança significativa na instituição

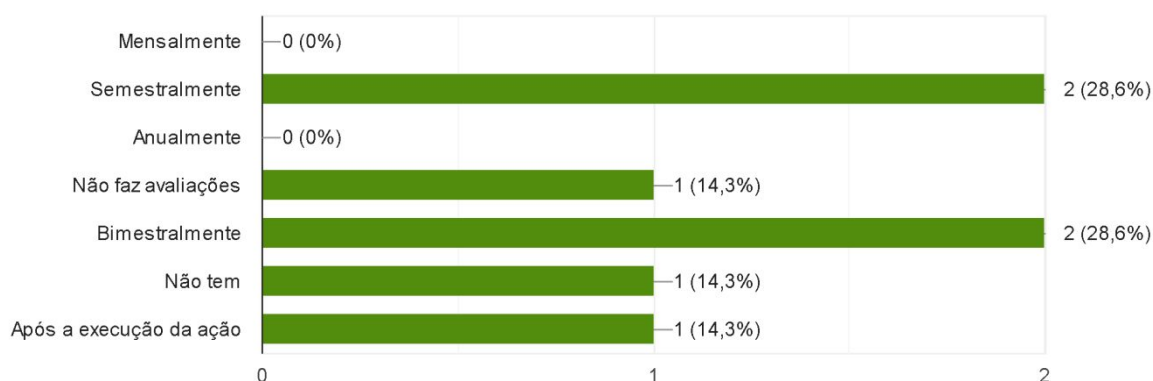
Escolas A, B, D, E, F, H	Afirmam que a mensuração é feita através de monitoração dos projetos, por avaliações das ações logo depois de sua realização, com relatórios destas e é claro o comportamento dos alunos tem mudado no ambiente escolar e em casa segundo as direções.
--------------------------	--

Escola C	Não há mensuração de resultados e muito menos mudanças significativas.
----------	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quanto à frequência dessas avaliações de resultado, é válido destacar que para 28,6% dos gestores, as escolas fazem essa avaliação semestralmente e bimestralmente. Enquanto 14,3% afirma que não fazem avaliações ou não possuem ela na estrutura da escola. Mas uma organização, essa avaliação é realizada logo após a execução do projeto, conforme está ilustrado no gráfico 2, logo abaixo:

Gráfico 2: Frequência dessas avaliações de resultado



Fonte: Autores, 2019

No que se refere à existência de incentivos do Estado para o desenvolvimento pessoal voltado a educação ambiental, os gestores das escolas A, C e D afirmam que não há incentivos. Contudo a escola B afirma que há incentivos neste caso o Kit para ações ambientais advindas do estado. Nas palavras da escola E, esta afirma que de certa forma há sim incentivos do governo, mas que segundo a sua percepção são apenas no intuito de promoverem seus respectivos partidos. Segundo a escola F, o incentivo se manifesta através de projetos como a feira de ciências que busca conscientizar e promover o correto pensamento sobre desenvolvimento sustentável, tanto de forma geral como no âmbito da escola. E na escola H, o incentivo é empregado em projetos voltados para a sustentabilidade. Disterheft (2012) afirma que a prática de ações sustentáveis em uma instituição de ensino leva o discente a aprender e refletir sobre suas ações, fazendo com que ocorra um fortalecimento de suas ações e transforme a comunidade na qual está inserido.

Logo após, foi colocado aos gestores qual era a percepção deles sobre as práticas e as políticas de educação ambiental aplicadas na presente escola nos dias atuais. Segundo a direção da escola A, sua percepção sobre as práticas e as políticas sobre este tema são de extrema importância para os alunos pois, é um tema muito falado atualmente. A escola B, afirma que a sua percepção é de que as práticas que têm sido implantadas na escola vêm melhorando com o tempo. Já na escola C, esta afirma que, como não existem práticas na escola não existe também percepção.

De acordo com a escola D, a política e as práticas com relação a educação ambiental estão atrasados em relação às práticas que englobam a temática e recursos voltados, para este fim que segundo a direção estão sendo, realizamos na escola no decorrer do ano letivo através

de projetos. No tocante a escola E, a direção deseja que melhorem porque estas ainda estão um tanto quanto distantes, mas, contudo, acontecendo graças ao interesse dos docentes que se esforçam, que se doam para que possa acontecer, dentro das possibilidades e realidade desta escola. Referente a escola F, é algo ainda muito simples e acanhado, mas vendo a demanda da escola, estamos fazendo algo palpável e que tem gerado efeitos positivos. No que se refere a escola H, esta informa que deveria haver mais incentivos nessa área.

Corroborando, para Rigotti et. al. (2019) a fim de que as ações ambientais dentro do ambiente escolar tenha êxito é necessário que os gestores tenham atitudes voltadas para práticas de sensibilização ambiental aos discentes, mostrando-lhes a consequência das práticas e como são distribuídos os recursos ambientais e como pode-se ponderar tais ações. No que se refere à resistência por parte de alguma parcela da comunidade, as escolas A, B, D, E, F e H afirmam que há pouca ou nenhuma resistência, enquanto que para o gestor da instituição C não há desenvolvimento de práticas.

Já no que tange a se as organizações escolares desenvolvem ações ambientais e quais as melhorias e contribuições, a escola C foi a única que afirmou que não há práticas ambientais. As demais além de desenvolverem afirmaram que com essas ações há o despertar da comunidade escolar e que conforme o gestor da escola F “atitudes simples e que até parecem pequenas, mas que com uma maioria se tornam grandes ações”.

No que se refere à promoção de parceria da instituição com outras organizações voltadas para a educação ambiental, obteve-se como resultado que 83,3% dos respondentes afirmam que não existe qualquer tipo de parceria com qualquer tipo de instituição no intuito de apoiar as referidas escolas para atividades de qualquer âmbito acadêmico. No entanto, para 16,7% afirmam que possuem uma relação estritamente acadêmica com outra instituição para apoiar a escolas em seus planos, projetos e atividades com a respectiva temática.

Quanto à responsabilidade social em relação às ações educativas ambientais, com base na resposta da gestão, as que promovem esse tipo de práticas há impactos, o que de acordo com o gestor da escola D (2019) “ a gestão trabalha com a escola limpa, através do ambiente limpo, mais saúde, cultura, escola sustentável. Com o objetivo do aluno e comunidade adquirirem hábitos saudáveis com relação ao meio ambiente”.

5 CONCLUSÃO

Perante as informações coletadas no decorrer da pesquisa com os gestores das escolas estaduais de Piripiri, o presente estudo possibilitou a identificação de inúmeras informações esclarecedoras e até mesmo novos questionamentos acerca das ações educativas ambientais junto com as escolas estaduais de ensino médio do município de Piripiri-PI.

Ao início deste trabalho, apresentamos a seguinte problemática, quais as ações educativas ambientais abordada pelas escolas? O que obtivemos como resposta das escolas, foi que as ações que estas abordam estão vindo em formato de gincanas onde dentro delas são abordadas temáticas referentes ao meio ambiente, atividades complementares como o cultivo de hortas e revitalização de espaços escolares estas três sendo práticas abordadas pela maioria das escolas, os colégios também afirmaram que há projetos e atividades específicas da própria escola, estas por sua vez, são desenvolvidas pelos próprios professores, já que se mostram muito mais interessados pela temática do que o próprio estado.

Em relação ao desenvolvimento de ações educativas ambientais nas escolas urbanas foi percebido nas falas dos gestores, que a maioria das atividades são propostas, estruturadas e apresentadas unicamente pelos professores, tendo em vista que uma grande parte dos colégios não recebem apoio do estado. Muitas das atividades propostas pelos professores segundo a escola têm um índice de aceitação enorme o que é algo extremamente vantajoso, tanto para o

desenvolvimento do aluno perante o meio social, quanto para a experiência do professor e uma imagem atrativa da escola com relação a esta temática diante da sociedade.

Sobre as ações educativas ambientais nas escolas, segundo os gestores não só há a existência de ações, como elas se apresentam de inúmeras formas, projetos, gincanas, criação de hortas, entre outros. Estas ações são implementadas por meio de projetos desenvolvidos pelas escolas ou pelos próprios professores das escolas em forma de gincanas ou palestras. Estas escolas buscam formar cidadãos prontos para exercerem suas cidadanias, seres humanos com ideias e atenções ao meio ambiente. Essa pesquisa foi concentrada na cidade de Piripiri no Piauí, apenas com os gestores das escolas estaduais. Como sugestão de pesquisas futuras, sugere-se expandir a aplicação desta pesquisa com os professores e alunos das instituições pesquisadas a fim realizar a triangulação dos resultados e aplicar também de nas demais escolas da região e de outras cidades circunvizinhas.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** – 2ed. Atual e ampliada. - São Paulo: Saraiva, 2007.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial.** São Paulo: Saraiva, 2006.
- BOTH, Francielle; FISCHER, Augusto. Gestão e contabilidade ambiental. **Unoesc & Ciência-ACSA**, v. 8, n. 1, p. 49-58, 2017.
- BRASIL. Lei nº 3833/06 - **Política de Educação Ambiental do Distrito Federal.** 1999.
- BRASIL. Lei nº 6.938/02 - **Política Nacional do Meio Ambiente.** 1981.
- BRASIL. Ministério Do Meio Ambiente. **A Responsabilidade Socioambiental.** Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental.html>>. Acesso em: 08 de outubro de 2019.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **O Nosso Futuro Comum.** 2 ed. Editora da fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1991.
- COSTA, Ângela de Cassia; ARÁUJO, Andrea. Percepção ambiental dos alunos de uma escola da rede pública municipal da cidade de Raposa – MA. Recanto das letras, Maranhão, 2009. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/trabalhosacademicos/1759863>>. Acesso em: set. 2020.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa : métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto alegre: Artmed ,2007
- DAFT, R. L. **administração.** Tradução. 4. Ed. Rio Janeiro: ED, ltc, 1999
- FERNANDES, R. S. et al. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. **Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2004.
- FERREIRA, Marcus Bruno Malaquias; SALLES, Alexandre Ottoni Teatini. Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. **Revista de Economia**, v. 42, n. 2, 2017.
- Ferreira, L. da C., Martins, L. da C. F., Merotto, S. C., Raggi, D. G., & Silva, J. G. F. da. (2019). Educação ambiental e sustentabilidade na prática escolar. **Revista Brasileira De Educação Ambiental.** <https://doi.org/10.34024/revbea.2019.v14.2678> Acesso em set 2020
- GARLET, J.; CANTO- DOROW, J.S. Percepção Ambiental de Alunos do Ensino Fundamental no Município de Nova Palma, RS. **Revista Monografias Ambientais**, v.4, nº4, p. 773 785, Out. 2011.
- GERHARDTE.; SILVEIRA D. T. **Métodos de pesquisa.** Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Instituto Ethos de empresas e responsabilidade social. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 09 de outubro de 2019

JÚNIOR, A. P.; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** 2 ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manoele, 2014. — (coleção ambiental, v.12)

JÚNIOR, M. A. C. O.; FERREIRA, L. S.; COSTA, J. A.; SILVA, J. M.; GOMES, J. O.; **Livro Verde.** Disponível em:<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2001>. Acesso em : 13 de maio 2015.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução Administração.** São Paulo: Atlas, 2004

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração – Da Revolução Urbana à Revolução Digital.** São Paulo: Atlas, 2005.

MELLO, M. F. MELLO, A. Z. **Uma análise das práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade como estratégias de empresas industriais do setor moveleiro: um estudo de caso.** Gest. Prod., São Carlos, v. 25, n. 1, p. 85, 2018. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/gp/v25n1/0104-530X-gp-0104-530X1625-16.pdf>>. Acesso em: 26 de setembro de 2020.

MOURA, C. S. **Educação Ambiental: Um Olhar Sobre As Práticas Abordadas Pelo Ifpi Campus Piripiri-pi.** XVIII Colóquio Internacional de Gestión Universitaria, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190479/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 de outubro de 2019

ONU. Nações Unidas Brasil. **A ONU e o Meio Ambiente.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 01s de outubro de 2019.

PHILIPPI, J. A. **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** 2º end ed. Barueri: USP. Manole. 2014 p. 3

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências.** São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.

SEGURA, D. S. B. **Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 214p.

SILVA, K. R. T.; GRANDE, P. C.; VENDRAME, F. C.; SARRACENI, J. M.; VENDRAME, M. C. R. **Meio Ambiente E Responsabilidade Social Nas Empresas.** São Paulo: Lins, 2009. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC33723863884.pdf>> . Acesso em: 08 de outubro de 2019.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam.** Trad. 1 ed. São Paulo: Ed. Artmed S.A, 2011.

STONER. J. A. F., FREEMAN, R. Edward. **Administração.** 5. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Prentice-Hal do Brasil, 1985.